

DIRETORES

Jaime Câmara Júnior
Fernando Câmara
DIRETOR-EDITOR
Wagner Tavares de Goes

Política

Ventos moderados no Congresso Nacional

Uma estranha calma desceu sobre o Congresso Nacional nos últimos dias. Segundo experimentados jornalistas, vividos em crises profundas, a quinta-feira passada foi um dos dias mais conciliadores de que se tem notícia no Parlamento. A oposição, mal refeita do susto de São Paulo, limitou-se ao longo da semana a fazer críticas automáticas ao governo federal, enquanto o PDS — que também se assustou com as agitações paulistas — segredava apoio àquele governo de Estado para superar suas dificuldades.

As tempestades usualmente aparecem desta forma, mansa, precedidas por uma área de baixa pressão, sem ventos e temperatura amena. A calma que envolveu a atividade política pode prenunciar algo de mais sério, cuja evidência apareceu por inteiro nos saques, depredações, brigas, prisões e morte acontecidos nos dois dias de violência em São Paulo. O governo Montoro, dividido entre várias correntes e ainda sem ter nomeado o prefeito da capital, foi pego de surpresa e custou a reagir. No dia seguinte, em Brasília, o governador Tancredo Neves, que estava em São Paulo, relatou os incidentes ao presidente da República.

A calma tem outros sinais inquietantes. Governo e oposição não tem conversado nada além do trivial da vida no Congresso. Veja-se, por exemplo, que a retórica de pessoas influentes do PDS, como os senadores José Sarney, Carlos Chiarelli e Aloisio Chaves em quase nada tem combinado no que toca as modificações na política salarial. Cada um procura levar o assunto à sua maneira, dando idéias, insinuando propostas que não guardam semelhança entre si. O líder Nelson Marchezan, hoje o político do PDS com maior acesso ao Gabinete Civil, tem apresentado propostas concretas, todas elas resultado de suas conversas com o ministro Leitão de Abreu.

É baixo o nível de coordenação interna dentro do PDS. O PMDB, por sua vez, também não mostra algo de muito mais produtivo. O deputado Aurélio Perez admitiu que o movimento de desempregados teve início numa concentração organizada pelo próprio partido. A manifestação teria, depois, assumido outra feição quando foi infiltrada por militantes do PC do B. Seria, portanto, uma questão de sorte ou azar, promover uma manifestação deste porte que resultou em importante ação contra o próprio governo Montoro.

Mas a Executiva Nacional do PMDB, que se reuniu em Brasília no meio da semana passada para discutir aspectos da conjuntura nacional e iniciar a mobilização do país para a realização das eleições diretas para a Presidência da República, gastou a maior parte de seu tempo debatendo aspectos regimentais do funcionamento do Congresso. Preocupava aos deputados as normas draconianas do regime da Câmara que não permitem um questionamento mais austero aos ministros de Estado. Aliás, o PMDB já havia decidido não interpellar o ministro Mário Andreazza, do Interior, liberando, no entanto, os parlamentares que desejassem fazê-lo em seu nome pessoal. A crise de São Paulo não mereceu atenção da Executiva.

São esses alguns aspectos da calma política, essa zona de baixa pressão que antecede as tempestades. A inflação de dez por cento no mês de março — que mostra estar o Brasil vivendo uma inflação de 160 por cento — não justificou comentários, debates, nem polémicas. Foi um fato que suscitou, apenas, aquela oposição automática. A crise de São Paulo determinou uma apressada reunião da bancada paulista no Congresso e uma moção de apoio ao governador do Estado. Provocou também algumas escaramuças em plenário com sucessivas lembranças da atuação de provocadores e agitadores.

Do outro lado da rua, no Palácio do Planalto, o porta-voz Carlos Átila praticou um ato revanchista. Disse que o governo federal acredita que a administração de São Paulo tem os meios para debelar, se o quiser, as agitações no Estado. O problema partidário falou mais alto que a evidência do desemprego. Dois dias depois, a Secretaria de Imprensa divulgou uma nota de três parágrafos afirmando que o Planalto preocupa-se com o desemprego, tanto assim é que dentro em breve começarão a ser investidos os recursos do Finsocial, programa, aliás, que foi criado em agosto do ano passado e praticamente nada fez além de constituir em mais um imposto atribuído à população.

Nem governo nem oposição tem no momento algo de concreto para negociar. Um e outro aguardam com ansiedade a discussão do decreto-lei que modificou a política salarial, na realidade, o único grande tema a espera de uma definição do Congresso. Até lá, o líder do PDS Nelson Marchezan vai tentando costurar uma aliança permanente com o PTB, seguindo a linha traçada pelo ministro Leitão de Abreu. Se o acordo for feito, o governo federal recuperará a maioria na Câmara dos Deputados fazendo desaparecer qualquer expectativa de diálogo ou negociação. Se minoritário, o PDS não consegue estabelecer canais de comunicação eficientes com a oposição, quando se tornar majoritário, através da aliança com o PTB, o diálogo com a oposição vai se constituir numa desnecessidade tão flagrante que melhor será nem falar no assunto. Talvez a chuva forte venha por aí.

André Gustavo Alves de Souza